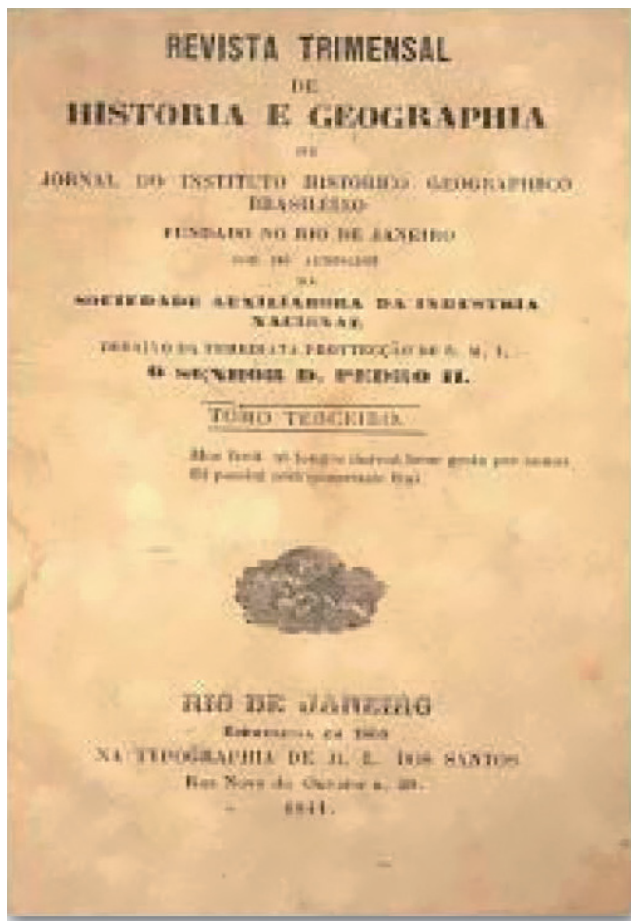


# O periódico de uma sociétée savante: a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1889)



Revista Trimestral de História e Geographia, ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Folha de rosto da revista. 1841.

*Lucia Maria Paschoal Guimarães*

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisadora do CNPq e da Faperj. Autora, entre outros livros, de *Debaixo da imediata proteção imperial: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2011. [luciamp@uol.com.br](mailto:luciamp@uol.com.br).

**O periódico de uma société savante:  
a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1889)**  
The journal of a *société savante*: the *Revista do Instituto Histórico e  
Geográfico Brasileiro* (1839-1889)

*Lucia Maria Paschoal Guimarães*

**Resumo**

A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, se inscreve na ambiência cultural euro-americana das primeiras décadas do século XIX, no movimento das *sociétés savants*, corporações formadas por homens de notório saber e talento, que se reuniam para discutir aspectos da literatura, da história, das ciências e das artes. Seu periódico, publicado a partir de 1839, constitui a expressão de uma *société savante*, que desfrutava do patrocínio do imperador d. Pedro II. O artigo examina a publicação da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, no período compreendido entre 1839 e 1889, que corresponde ao mecenato de d. Pedro II. A organização do periódico retrata as práticas científicas e os padrões político-culturais de uma época, bem como as tensões que permearam o processo de disciplinarização do saber no século XIX.

**Palavras-chave:** Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; *sociétés savants*; periódicos especializados.

**Abstract**

The creation of the Brazilian Institute of Geography and History in 1838 is located in the Euro-American cultural ambience of the first decades of 19th century, the movement of *sociétés savants*, corporations formed by men of remarkable knowledge and talent, who gathered to discuss aspects of literature, history, science and the arts. His journal, published since 1839, is the expression of a *société savante*, who enjoyed the patronage of Emperor d. Pedro II. The article examines the publication of the *Journal of the Historical and Geographical Institute of Brazil* in the period between 1839 and 1889 which corresponds to the mecenate of d. Pedro II. The organization's journal portrays scientific practices and political-cultural patterns of an era, as well as the tensions that permeated the process of disciplining of knowledge in the nineteenth century.

**Keywords:** Brazilian Institute of Geography and History; *sociétés savants*; specialized periodicals



Machado de Assis, na coluna que assinava aos domingos no *Diário do Rio de Janeiro*, sob o título “Ao acaso”, além de resenhar os principais fatos da política e da sociedade imperial, costumava fazer uma glosa do movimento artístico e cultural na Corte, inclusive das publicações recém chegadas às livrarias. Na coluna de 10 de julho de 1864, entre outras novidades, anunciava o aparecimento “do tomo XXVII da Revista Trimensal

do Instituto Histórico”, acrescido do seguinte comentário: “(...) A coleção das revistas do Instituto é uma fonte preciosa para as letras e para a ciência, uma obra séria e útil”<sup>1</sup>. Machado, diga-se de passagem, parece ter seguido ao pé da letra a recomendação que fizera aos leitores. Na sua biblioteca, legada à Academia Brasileira de Letras, encontra-se um conjunto completo de exemplares do periódico do Instituto até 1908, ano em que o escritor veio a falecer.

Criado em 21 de outubro de 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) se inscreve na ambiência cultural euro-americana das primeiras décadas do século XIX, ao lado das *sociétés savantes*<sup>2</sup> ou *corps savantes*, organizações muito em voga naquela época, formadas por homens de notório saber e talento, que se reuniam para discutir aspectos da literatura, da história, das ciências e das artes. Não por acaso, no *Dictionnaire Générale de la Politique*, dirigido por Maurice Block, editado em 1863, o verbete “*corps savants*”, entre outras corporações do gênero, faz referência ao: “Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da capital do Brasil, do qual o Imperador é um dos membros mais assíduos e mais ativos”<sup>3</sup>.

Como se sabe, essas instituições normativas surgiram na Europa no século XVII, ao lado das academias nacionais. Multiplicaram-se ao longo do século XVIII, floresceram e cumpriram papel relevante no panorama cultural do XIX. Para se ter uma idéia, na França, entre 1830 e 1870, estabeleceram-se oitenta e três sociedades, das quais quarenta eram voltadas para estudos históricos e arqueológicos<sup>4</sup>. Patrocinadas por regimes políticos, desfrutavam de grande prestígio junto à opinião culta, uma vez que acolhiam e consagravam as celebridades do mundo letrado, identificavam os novos talentos, definiam as regras de gosto ou as ambições de investigação científica, além de estimularem o esforço criativo<sup>5</sup>.

A vaga das *sociétés* cruzou o Atlântico ainda nos anos setecentos e se disseminou pelo continente americano, à medida que o processo de descolonização ensejou a formação de novos Estados nacionais. Na Filadélfia, a *American Philophical Society*, fundada por Benjamin Franklin, funcionava desde 1743. Depois da independência norte-americana, em 1786, passou a congregar naturalistas, militares e letrados que se interessavam por questões científicas. Já a *Massachussets Historical Society* principiou suas atividades em 24 de janeiro de 1791, dedicando-se à pesquisa, à preservação e à divulgação de fontes para o estudo da história americana.

No caso do IHGB, cuja criação deu-se dezesseis anos após o rompimento político com a metrópole, justificava-se a iniciativa devido ao seu caráter pedagógico, uma vez que deveria “ministrar grandes auxílios à administração pública e ao esclarecimento de todos os brasileiros”. A meta era dotar o país recém emancipado de um passado único e coerente, adequado às pretensões da “monarquia constitucional”<sup>6</sup>, instaurada nos antigos domínios da América portuguesa em 1822. O esforço por articular melhor o presente (e também o futuro) ao passado estava intimamente ligado à necessidade de oferecer sustentação ao projeto de consolidação do Império, o que conferia ao Instituto uma dimensão política<sup>7</sup>. Não é demais lembrar que dos vinte e sete fundadores do Instituto, quinze eram homens públicos de nomeada, vultos cujas histórias de vida se entrelaçam com a própria história da formação do Estado nacional<sup>8</sup>.

A sociedade estabelecida no Rio de Janeiro tinha como principais finalidades: coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos ne-

<sup>1</sup> ASSIS, Machado de. Ao Acaso. *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 10 jul. 1864.

<sup>2</sup> A expressão *société savante* foi tomada de empréstimo de Paul Gerbod. Ver GERBOD, Paul. *L'Europe culturelle et religieuse de 1815 a nos jours*. Paris: Presses Universitaires de France, 1977, p. 76 e 77. Ver, também, WEHLING, Arno. Prefácio – Uma revista entre a história e a memória. In: GUIMARÃES, Lucia Maria P. *Debaixo da imediata proteção imperial: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2011, p. 10.

<sup>3</sup> BLOCK, M. Maurice (dir). *Dictionnaire générale de la politique*. Tome Premier. Paris: O. Lorenz Libraire- Edicteur, 1863, p. 571. Disponível em <[http://archive.org/stream/fre\\_b1886157#page/n582/mode/1up](http://archive.org/stream/fre_b1886157#page/n582/mode/1up)>. Acesso em 23 jul. 2012.

<sup>4</sup> Cf BOURDÉ, Guy e MARTIN, Henri. *As escolas históricas*. Lisboa: Publicações Europa América, [s.d.], p. 79.

<sup>5</sup> Ver, GERBOD, Paul, *op. cit.*, p. 77.

<sup>6</sup> Cf. BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1839, p. 9-18.

<sup>7</sup> Ver, GUIMARÃES, Lucia Maria P. O tribunal da posteridade. In: PRADO, Maria Emilia (org.). *O Estado como vocação: idéias, e práticas políticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Access, 1999, p. 33-58,

<sup>8</sup> Entre os fundadores, além dos marechais Cunha Mattos e Torres Alvim, e do visconde de São Leopoldo, que prestavam serviços à Casa de Bragança desde o tempo de D. João VI, observa-se a presença de dois grupos de políticos: aqueles que iniciaram a carreira por ocasião da Independência e os que ascenderam ao aparato de governo após a Abdicação. No primeiro grupo, destacam-se Januário da Cunha Barbosa, José Clemente Pereira, Caetano Maria Lopes Gama, Cândido José de Araújo Vianna, José Antonio da Silva Maia, Francisco Gê de Acaiaba Montezuma e José Antonio Lisboa. No segundo, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, Bento da Silva Lisboa, Joaquim Francisco Vianna e Rodrigo de Sousa da

<sup>9</sup> Ver IHGB. Extrato dos estatutos. *RIHGB*, Rio de Janeiro. v. 1, n. 1, 1839, p. 18. Reimpressão de 1908.

<sup>10</sup> Ver FARIA, Maria Alice de Oliveira. Os brasileiros no Instituto Histórico de Paris. *RIHGB*, Rio de Janeiro, n. 266, jan.-mar. 1965, p. 68-148.

<sup>11</sup> Ver IHGB. *Novos estatutos*. Rio de Janeiro: Tipografia de F. de Paula Brito, 1851, p. 4-5.

<sup>12</sup> Na França, por exemplo, no reinado de Luís Felipe, um apaixonado da arqueologia, o governo estimulou e patrocinou diversas associações sábias, tanto nas províncias, quanto na capital do país. Ver,

cessários para a história e a geografia do Império; promover o conhecimento desses dois campos do saber, por meio do ensino público; manter intercâmbio com associações estrangeiras similares e estabelecer filiais, ramificando-se por todas as províncias do Império<sup>9</sup>. Sua organização tomava como modelo o Instituto Histórico de Paris, fundado em 1834, e que contava com diversos associados brasileiros, na classe dos correspondentes, como o cônego Januário da Cunha Barbosa e o marechal Raimundo da Cunha Mattos, os dois principais idealizadores do IHGB<sup>10</sup>.

As atividades desenvolviam-se em torno de duas seções: de História e de Geografia, às quais se incorporaria mais tarde uma terceira, a de Arqueologia, Etnografia e Línguas Indígenas<sup>11</sup>. As reuniões ordinárias, abertas ao público, realizavam-se a cada quinze dias. De um modo geral, constavam de leituras e de apresentações de trabalhos.

A gestão do Instituto estava a cargo de um conselho administrativo, formado por um presidente e dois vice-presidentes, secundados pelo primeiro e o segundo secretários, além de um tesoureiro e um orador oficial. Havia, ainda, quatro Comissões de trabalho permanentes: de História, de Geografia, de Fundos e de Redação. Os integrantes do conselho e das comissões eram eleitos anualmente pela assembleia geral dos associados, prevalecendo, porém, a prática da recondução.

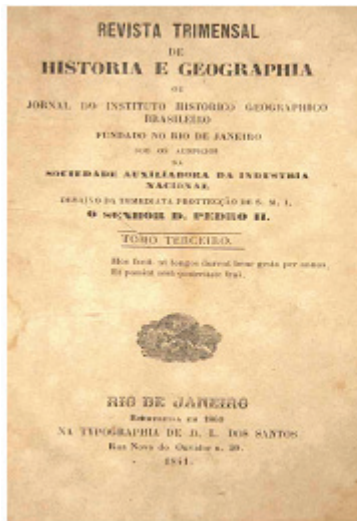
O quadro social compreendia três categorias de filiados: efetivos, correspondentes e honorários. A primeira dispunha de cinquenta vagas, metade destinada à seção de História, metade à de Geografia. Exigia-se do corpo efetivo assiduidade e comparecimento obrigatório às assembleias gerais. Já o número de sócios correspondentes e de honorários era ilimitado, podendo residir tanto no Brasil, quanto no exterior. O ingresso nas três classes era regulamentado por normas rígidas, embora não atendessem a critérios acadêmicos, propriamente ditos, tal como nas *sociétés savantes* similares. O aspirante a sócio deveria ter o seu *curriculum vitae* apresentado por um membro efetivo, sendo a proposta objeto da apreciação das Comissões de História ou de Geografia, de acordo com a seção pretendida pelo candidato. O parecer das Comissões era submetido à votação do conselho administrativo, em escrutínio secreto. Aprovado pelo colegiado, o nome do futuro integrante era levado à assembleia geral dos sócios, para que fosse referendado ou não. Durante o seu primeiro ano de funcionamento, o IHGB admitiu cento e setenta e quatro associados, sendo cento e cinquenta e um nacionais e vinte e três estrangeiros.

Ademais, tal qual outras instituições européias congêneres, colocouse sob a “imediata proteção” do Imperador<sup>12</sup>, o que viabilizou a abertura de diversas frentes de trabalho, sobretudo, no que se refere à coleta de fontes nas províncias e no exterior. Entre outras medidas, destaca-se o envio de missões de pesquisadores brasileiros aos arquivos do Velho Mundo. O empreendimento recebeu o patrocínio do governo, que também passou a conceder ao Instituto uma subvenção anual, no valor de dois contos de réis.

Pela mesma época, iniciou-se, ainda, a edição de um boletim intitulado *Revista Trimensal de História e Geografia; ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, daqui por diante denominado apenas de *Revista*. Cabia ao periódico divulgar as atividades desenvolvidos pela corporação, “as memórias de seus membros que forem interessantes à história e geografia do Brasil; e assim também as notícias ou extratos de história e geografia de

obras publicadas pelas outras sociedades e pessoas literárias, estrangeiras ou nacionais, procedendo a respeito delas o relatório de uma comissão do seu seio, para esse efeito nomeada”<sup>13</sup>. De fato. O primeiro tomo da *Revista* apareceu em 1840, formado pelos fascículos relativos aos quatro trimestres do exercício de 1839, impresso na tipografia da Associação do Despertador. Como se pode observar nas ilustrações que se seguem, a disposição da folha de rosto da *Revista* inspirava-se na do *Journal de l’Institut de Paris*.<sup>14</sup>

A semelhança com *Journal* não se limitava à folha de rosto. O número de lançamento da *Revista* seguia mesma a organização do periódico francês: publicava transcrições de fontes históricas, trabalhos redigidos por sócios, além dos diplomas legais do Instituto e dos discursos dos seus fundadores<sup>15</sup>. Trazia, ainda, as diretrizes que deveriam orientar a coleta de fontes para a escrita da história do Brasil, sob o título “Lembranças do que devem procurar nas província os sócios do Instituto Histórico para remeterem à sociedade central do Rio de Janeiro”<sup>16</sup>. Preparado por Januário da Cunha Barbosa, então primeiro secretário do IHGB, o ensaio seria considerado por José Honório Rodrigues, como uma verdadeira aula de teoria e prática da pesquisa histórica<sup>17</sup>. As instruções de Januário contemplavam: biografias de brasileiros ilustres; cópias autênticas de documentos e extratos de notas pesquisadas em secretarias, arquivos, cartórios civis e eclesiásticos; notícias de costumes indígenas, lendas, sua catequese e civilização; descrições do comércio interno e externo das Províncias, seus principais produtos, rios, montanhas, campos, portos, navegação e estradas; fundação, prosperidade e ou decadência de vilas, arraiais e suas populações. Mais do que uma aula, o ensaio propunha de um amplo programa de investigação documental.



BOURDÉ, Guy e MARTIN, Henri, *op. cit.*, p. 75.

<sup>13</sup> IHGB. Extrato dos estatutos. *RIHGB*, *op. cit.*, p. 5.

<sup>14</sup> Por problemas de conservação, não é possível reproduzir a folha de rosto original do tomo I da *Revista*. As reimpressões, por sua vez, apresentam alterações substantivas no seu título. Para efeitos de comparação com o periódico parisiense, optou-se por apresentar a folha de rosto do tomo III, que é idêntica ao do tomo I, correspondente ao ano de 1841, impressão facsimilar da Tipografia de D. L. dos Santos, em 1860.

<sup>15</sup> Para comparação, ver, *Journal de l’Institut Historique*. Tome Premier. Paris: P. Baudoin, Imprimeur- Libraire de l’Institut Historique, 1834.

<sup>16</sup> Ver BARBOSA, Januário da Cunha. Lembranças do que devem procurar os sócios para remeterem à sociedade central. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1839, p. 108-109.

<sup>17</sup> Ver RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no*

A publicação do Instituto circulou com regularidade no período aqui abordado, que corresponde ao mecenato de d. Pedro II (1839-1889). No correr desses anos, seu nome sofreria algumas variações. Batizada originalmente de *Revista Trimensal de História e Geografia* ou *Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, como já foi dito, em 1850, teve a designação

Brasil. 3. ed. São Paulo/Brasília: Companhia Editora Nacional/INL, 1978, p. 38.

<sup>18</sup> Ver FLEIUSS, Max. *Páginas de história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930, p. 476-478.

<sup>19</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>20</sup> Sobre a publicação das biografias na *Revista*, ver OLIVEIRA, Maia da Glória. *Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

<sup>21</sup> Ver *RIHGB*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1839, p. 77.

<sup>22</sup> Ver *RIHGB*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 20, 1850, p. 516-517.

<sup>23</sup> Sobre os trabalhos desta Comissão, ver KODAMA Katori. *Os filhos das brenhas e o Império do Brasil: a etnografia no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. (1840-1860)*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009. Ver, também, TURIN, Rodrigo. A 'obscura história' indígena. O discurso etnográfico no IHGB (1840-1870). In: GUIMARÃES, Manoel L. Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*.

alterada para *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Nove anos mais tarde, acrescentou-se a esse título a palavra *Etnográfico*. A denominação *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil* perdurou até 1886, quando passou a se chamar *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*<sup>18</sup>, como é conhecida até os dias de hoje.

## A gestação da revista: juízos e escolhas

Entre 1839 e 1889, a *Revista* publicou 52 tomos, perfazendo um total de 81 volumes regulares, afora dois suplementares, editados em 1848 e em 1888, dedicados, respectivamente, à memória do príncipe d. Afonso, herdeiro da coroa brasileira, e ao jubileu de ouro do Instituto. Até o tomo 25, do ano de 1862, teve numeração singular. A partir daí dividiu-se em duas partes. A primeira destinava-se à reprodução de documentos da história do Brasil, enquanto que na segunda publicavam-se artigos e estudos, assim como material relativo ao funcionamento do Instituto. Este formato vigorou até 1916, quando voltou-se a adotar a numeração isolada, conservando-se, porém, a designação tomo em cada volume<sup>19</sup>.

A disposição das matérias dos números regulares até a divisão de 1862 não obedecia a critérios temáticos, cronológicos ou de gênero. Apenas a parte final de cada número era reservada à divulgação de atas, discursos, elogios fúnebres, cerimônias, listas de associados, relatórios anuais de atividades e balancetes de financeiros. A partir do número 2, que corresponde ao 2º trimestre de 1839, introduziu-se uma seção na *Revista* – a única, aliás, em todo o período aqui tratado, intitulada “Biografias dos brasileiros distintos pelas letras, armas e virtudes”, onde avultariam as contribuições de Francisco Adolfo de Varnhagen e do cônego Januário da Cunha Barbosa<sup>20</sup>.

A quantidade de páginas de cada tomo variava bastante. A diagramação era simples, com o uso de apenas um bloco de texto justificado, sem qualquer vinheta ou outro tipo de adorno. Na edição de poemas, mantinha-se a formatação em uma coluna com o texto centralizado. Havia pouquíssimas ilustrações. À guisa de exemplos, convém lembrar as pretensas inscrições fenícias, supostamente, existentes da Pedra da Gávea<sup>21</sup>, e a reprodução do retrato do índio Cunhambebe, feito por André Thevet, em 1567, uma raridade garimpada por Varnhagen em arquivos europeus<sup>22</sup>.

A organização dos números – regulares ou especiais - ficava sob a responsabilidade do primeiro secretário do IHGB, que desempenhava as funções de editor-chefe, atuando em sintonia com as orientações emanadas da comissão da *Revista*, uma espécie de conselho consultivo, incumbido de traçar a sua política editorial.

Qualquer colaboração submetida à *Revista* passava, inicialmente, pelo crivo das comissões de História, de Geografia e de Etnografia, esta última em funcionamento a partir de 1851<sup>23</sup>, incumbidas de examinar o respectivo mérito acadêmico e a conveniência da sua divulgação. Havendo avaliações discrepantes, competia à Comissão de Redação emitir o parecer final. Só depois de aprovados nessas instâncias, os textos eram encaminhadas ao primeiro secretário, a quem cabia selecionar aqueles que efetivamente seriam publicados.

No que tange à reprodução de manuscritos ou de cópias de documentos extratados, a comissão de História procedia à rigorosa crítica de erudição, extrapolando as práticas antiquárias. O tratamento a que esse material era submetido pelos avaliadores evidencia familiaridade com o processo de disciplinarização dos estudos históricos, que andava em curso na Europa, naquela altura, sobretudo com as regras de erudição que mais tarde seriam sistematizadas pela chamada escola metódica<sup>24</sup>.

Quanto às contribuições historiográficas, atentava-se para o ineditismo, a qualidade das fontes compulsadas e o estilo do autor. Neste sentido, vale a pena lembrar a polêmica que se instaurou em torno do “Compêndio de história do Brasil”, do general Abreu e Lima. Submetido à comissão de História, o livro foi acusado por Varnnhagem de plagiar a *Histoire du Brésil*, de Alphonse Beauchamps, publicada em Paris, em 1815. A historiografia, erroneamente, costuma atribuir a censura sofrida às inclinações republicanas do general, ex-combatente do exército de Simon Bolívar. Argumento, aliás, que não se sustenta, já que anos mais tarde Abreu e Lima seria reabilitado no IHGB, como um bom compilador, porém, imparcial e justo, pois na redação do *Compêndio* “(...) abdicara dos seus princípios políticos para fazer jús aos seus contrários<sup>25</sup>.”

Os vetos, contudo, poderiam partir de outras instâncias. No contrafluxo do plágio, a *Revista* deixou de publicar a “Memória sobre os limites do Império com a Guiana Francesa”, justamente por causa da originalidade do tema e do valor da documentação explorada. Redigida pelo sócio correspondente Antonio Ladislau Monteiro Baena, a monografia recebera parecer elogioso da Comissão de História, que a recomendou para divulgação. No entanto, permaneceria inédita, por imposição do vice-presidente do IHGB, Aureliano de Sousa Coutinho, na época também titular da pasta dos Negócios Estrangeiros. com o argumento de que o seu conteúdo apresentava informações de caráter sigiloso, “(...) úteis para as negociações pendentes com a França”, na fixação daquelas fronteiras<sup>26</sup>.

Outro aspecto a ser salientado, com base nos julgamentos da comissão de História, refere-se ao dito “desprezo” do Instituto por estrangeiros, que se dispunham a escrever sobre o Brasil. A rejeição era bastante relativa. A comissão costumava reprovar os autores cujas obras, no seu entender, apresentavam informações distorcidas ou comentários desfavoráveis sobre o país e seus habitantes.. Já os que vislumbravam as potencialidades e as riquezas do jovem Império americano desfrutavam de boa acolhida, como o naturalista bávaro von Martius ou o bibliotecário francês Ferdinand Denis.

Por outro lado, não se pode descartar o peso dos fatores políticos na avaliação do material editado pela *Revista*. Não cabe aqui aprofundar essa questão, bastante explorada em outros trabalhos<sup>27</sup>. Todavia, convém assinalar que Instituto repudiou, sistematicamente, a divulgação de todo e qualquer tipo de contribuição, que pudesse implicar no questionamento das instituições monárquicas, sob a alegação de uma possível parcialidade dos autores, embora existissem exceções, abertas sempre que se tratava de tema ou problema de interesse político imediato, a exemplo da “Memória Histórica e Documentada da Revolução da Província do Maranhão entre 1838 e 1840”, escrita por Domingos

Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 86-113.

<sup>24</sup> Ver BOURDÉ Guy e MARTIN, Hervé, *op. cit.*, p. 74 e 75.

<sup>25</sup> CF. GUIMARÃES, Lucia Maria P. *Debaixo da imediata proteção imperial, op. cit.*, p. 130.

<sup>26</sup> IHGB, Ata da sessão de 18 de setembro de 1840. *RIHGB*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 7, 1840, p. 413.

<sup>27</sup> Ver, dentre outros, GUIMARÃES, Lucia Maria P. O

tribunal da posteridade, *op. cit.*, p. 33-58.

<sup>28</sup> Ver IHGB. Ata da sessão de 22 de julho de 1847. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 7, 1848, p. 263-362.

<sup>29</sup> LAGOS, Manoel Ferreira. Relatório do Segundo Secre-

Goçalves de Magalhães. O autor desempenhara as funções de secretário do futuro duque de Caxias, comandante das forças do governo no combate àquela rebelião, mais conhecida como a “Balaiada”. A narrativa de Magalhães sobre repressão aos insurretos foi considerada um testemunho irrepreensível, um modelo de imparcialidade, digna de figurar nas páginas da *Revista*, onde apareceria publicada em 1848<sup>28</sup>.

É oportuno salientar que nessa época a conjuntura política do país ainda era turbulenta. Além da Farroupilha, que conflagrava o sul do país desde 1835, no norte os motins se sucediam, em conseqüência das práticas políticas centralizadoras dos gabinetes imperiais, que insistiam na nomeação de presidentes de província estranhos aos quadros locais. Tal como acontecera na cidade de Maceió, em 1844, envolvendo dois sócios efetivos do Instituto Histórico, os senadores Bernardo de Sousa Franco e Caetano Maria Lopes Gama. E ainda voltaria a ocorrer em Pernambuco, com a Revolução Praieira, em 1848.

Apesar de não terem sido alvo da pena de poetas ilustres, da envergadura de Gonçalves de Magalhães, as notícias sobre essas insurreições apareciam disseminadas na *Revista*, em meio aos pronunciamentos oficiais da alta direção do IHGB. No “Relatório” do ano de 1844, lido na presença de d. Pedro II, na sessão magna de aniversário do Instituto, o segundo secretário Manoel Ferreira Lagos abriu uma brecha para discorrer sobre o cenário político, detendo-se no exame da Farroupilha, que já perdurava por quase uma década. Parabenizava monarca pelas recentes vitórias obtidas no combate aos sediciosos e previa a sua capitulação para breve, “graças à gloriosa e sábia administração dos ministros de S. M. Imperial”<sup>29</sup>. Como já era de se esperar, o fim da “guerra dos farrapos” mereceu efusivas demonstrações de júbilo, no relatório de atividades do exercício do 1845.

De toda a sorte, à medida que o país alcançava a estabilidade interna os habituais pronunciamentos políticos começariam a ocupar menos espaço na *Revista*. Do mesmo modo, as notas sobre deputações enviadas ao Imperador e outras manifestações de apreço do IHGB ao seu protetor,

### **O hibridismo da revista: tradição iluminista, cientificidade e ambiência cultural**

Nas cinco primeiras décadas de circulação, a *Revista* publicou 1051 títulos, afora as atas de sessões e demais papéis relativos à administração interna do Instituto. Para fins de análise, essas matérias foram classificadas por critério cronológico, de acordo com a época em que foram produzidas, em duas categorias: “documentos históricos” e “textos contemporâneos”. Na primeira foram arrolados aqueles com data anterior à da fundação do Instituto, o que de certo modo permite avaliar o desempenho da corporação no que tange à pesquisa documental. Na segunda categoria, quantificaram-se todas as contribuições escritas depois de 1838, inclusive aquelas cujos autores não pertenciam ao quadro social do Instituto, já que neste trabalho não se pretende mensurar a produção historiográfica do elenco do IHGB, mas, sim, oferecer um



panorama do material contemporâneo editado pela *Revista*.

O quadro nº 1 oferece um balanço quantitativo dos textos publicados nos números regulares e suplementares, em intervalos de dez anos. Observa-se equilíbrio entre as duas categorias privilegiadas. No que diz respeito à quantidade de “documentos históricos” reproduzidos, fica evidente o esforço constante do Instituto em acumular capital arquivístico e divulgá-lo, cumprindo à risca os objetivos espessos nos seus estatutos. O trabalho realizado pelo IHGB, por certo, inspirava-se na *Monumenta Germaniae*, coletânea de documentos que vinha sendo publicada na Prússia desde 1826, e que serviu de modelo para diversos centros de pesquisa e arquivística do Velho Mundo<sup>30</sup>.

Quadro 1: *RIHGB*: Matérias publicadas (1839-1889)

CATEGORIAS/ PERÍODOS	1839-1849	1850-1859	1860-1869	1870-1879	1880-1889	TOTAL
Documentos históricos	162	71	79	93	120	525
Textos contemporâneos	184	77	80	91	96	526
TOTAIS	346	148	159	184	216	1051

Fonte: Coleção da RIHGB, 1839-1889.

Uma rápida vista d’olhos na documentação transcrita pela *Revista* permite avaliar a sua dimensão. Entre outros testemunhos, destacam-se os primeiros relatos sobre a Terra de Santa Cruz, datados do século XVI, de autoria de Pedro de Magalhães Gandavo, de Gabriel Soares de Sousa e de Jean de Lery, cuja narrativa aborda a presença dos franceses no Rio de Janeiro; as crônicas de Monsenhor Pizarro, de Pedro de Tacques de Almeida Paes Leme, de Frei Antonio de Santa Maria de Jaboatão e de Frei Gaspar da Madre de Deus; as correspondências dos padres da Companhia de Jesus, Manoel de Nóbrega, José de Anchieta, Antonio Vieira e Antonio Blazquez; o “Regimento” de Antonio Cardoso de Barros, primeiro Provedor-Mor, os documentos do segundo governador geral d. Duarte da Costa e outros papéis do gênero.

Ainda no que tange ao período colonial, cabe salientar as fontes relativas à conquista do território e às iniciativas tomadas pelas autoridades metropolitanas para preservar a posse dessas áreas. É exemplar o tratamento conferido na *Revista* ao conjunto de documentos deixados por Ricardo Franco de Almeida Serra, um dos comandantes das expedições demarcadoras, enviadas pela coroa portuguesa à então capitania de Mato Grosso, para fixar os seus limites com as possessões espanholas, definidos pelo Tratado de Madri.

Quanto aos textos contemporâneos, apesar do número elevado de títulos publicados, trata-se de material bastante heterogêneo. Cartas de sócios, poemas e necrológios de altas personalidades figuram ao lado

tário. *RIHGB*, Rio de Janeiro, n. 6 (Suplemento), 1844, p. 34-35.

<sup>30</sup> Ver LE GOFF, Jacques. História. In: ROMANO Rugiero (dir.) *Enciclopedia Einaudi*:

de pesquisas documentais, monografias, resenhas e pareceres sobre obras; estudos indígenas se misturam com tabelas de astronomia; discursos de autoridades e relatos de viagens embaralham-se com dicionários corográficos e biografias. A diversidade desse repertório é de tal ordem que para melhor examiná-lo foi necessário classificá-lo por gêneros textuais e reagrupá-lo, em categorias afins.

Quadro 2: *R. IHGB*: Classificação dos textos contemporâneos publicados (1839-1889)

CATEGORIAS/PERÍODOS	1839 1849	1850 1859	1860 1869	1870 1879	1880 1889	TOTAL
1. Biografias e necrológios	74	12	22	31	28	167
2. Discursos, poemas e cartas	23	03	01	01	02	30
3 Estudos de etimologia	01	01	-	01	-	03
4. Estudos de geociências	04	-	08	03	12	27
5. Estudos de heráldica	-	-	-	-	01	01
6. Estudos indígenas e arqueológicos	08	06	02	05	08	29
7. Juízos e pareceres	15	14	01	01	02	33
8. Listas e cronologias	02	02	01	03	07	15
9. Memórias históricas/Miscelâneas	06	13	23	29	21	91
10. Miscelâneas	02	01	03	02	02	10
10. Pesquisas documentais	06	07	-	03	02	18
11. Programas históricos	08	07	02	02	01	20
12. Relatos e itinerários de viagens	09	05	01	06	10	31
13. Traduções	03	-	-	-	-	03
14. Transcrições *	23	06	09	05	06	49
TOTAIS	184	77	72	92	102	527

\* Reproduções de artigos publicados na imprensa e de documentos oficiais do governo

Fonte: Coleção da *RIHGB*, 1839-1889.

Em todo o período analisado as contribuições se dispersam por gêneros variados e tratam de assuntos diversos. Uma característica comum aos periódicos das “sociétés savantes”, ainda ligados à tradição iluminista, cujo melhor exemplo são as publicações de “programas históricos” e de “miscelâneas”.

Herança das academias do século XVIII, os “programas” consistiam em pontos para dissertação, sorteados entre os sócios nas sessões ordinárias do *IHGB*<sup>31</sup>. Embora qualificados de “históricos”, nem sempre abordavam temas relacionados aos domínios de *Clio*. Assim, ao lado de “programas” que discutem os meios para se obter o maior número de documentos para a escrita da história e a geografia do Brasil ou a intencionalidade da descoberta de Pedro Álvares Cabral, encontram-se debates sobre o melhor

memória – história. Lisboa: Casa da Moeda/Imprensa Nacional, 1985, v. 1, p. 231.

<sup>31</sup> Ver ROCHE Daniel. *Les répub-*

sistema de colonizar os índios. Ou se a introdução de escravos africanos prejudicava a civilização dos nativos e o seu aproveitamento na lavoura. De qualquer forma, a presença de “programas” nos números da *Revista* diminuiria progressivamente, chegando a única contribuição no decênio 1880-1889. Não obstante, seus conteúdos constituem pistas de questões e demandas que mobilizavam a atenção dos nossos letrados.

Já as miscelâneas, outro legado das academias setecentistas, são trabalhos que costumam conter informações múltiplas e contemplam diferentes áreas do conhecimento. Embora em número bem menor do que os “programas históricos”, há registro dessa categoria de texto em todos os intervalos do quadro nº 2.

No período 1839-1849, observa-se expressiva quantidade de cartas, discursos e poemas. A maioria desses textos está relacionada ao desaparecimento prematuro do príncipe d. Afonso, herdeiro da Coroa e presidente honorário do Instituto Histórico, ocorrido em 1847. A homenagem ao infante merece um breve comentário, pois do ponto de vista político nenhum acontecimento so Segundo Reinado deu margem a uma interpretação tão tendenciosa quanto a morte desse menino. Por ocasião do seu nascimento, em 24 de fevereiro de 1845, o Instituto enviou uma deputação ao Imperador, liderada pelo brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira, que procurou dar um significado político-providencialista ao aparecimento do primeiro filho de d. Pedro II (114). Cerca de dois anos depois, a mesma conotação se repetiria, na “Oblação [...] à memória do Sr. D. Afonso, Augusto Primogênito de Suas Majestades Imperiais”.

Das diversas manifestações de pesar no tributo prestado pela *Revista* salientam-se dois pronunciamentos de sócios do IHGB, o de Candido de Araújo Viana e o Araújo Porto Alegre. Em ambos, o elogio fúnebre serve de mote para os autores externarem suas preocupações a respeito da combalida unidade do Império e a precária estabilidade do regime. Araújo Vianna, antigo preceptor de d. Pedro II, dono de uma larga folha de serviços prestados à monarquia e presidente do Instituto, identificou o passamento de d. Afonso como uma “punição do céu à nossa desunião, às nossas dissensões internas, denunciando a ingratidão com que insensatos recebemos os benefícios da Providência”. Porto-Alegre, por sua vez, o qualificou como um “grande sacrifício, para que os brasileiros soubessem apreciar a sua ventura na América”. No seu entender, a trágica imolação do inocente deveria ser tomada como uma amarga lição, para que seus súditos “se abraçassem, se unissem e recuassem do abismo medonho”<sup>32</sup>. Como se vê, os dois confrades faziam uma alusão clara às disputas regionais, que afetavam a integridade da única monarquia do continente.

Outro aspecto a se considerar no primeiro intervalo do quadro nº 2 é a incidência de relatos e itinerários de viagens, número que manteve certa constância até o final do período estudado. A publicação dessas narrativas, escritas por autores contemporâneos, revestia-se de caráter pedagógico, uma vez que forneciam informações fidedignas, jogando luz sobre regiões do território nacional que permaneciam inexploradas.

Durante a primeira década de circulação da *Revista*, nos domínios da História, predominaram as biografias e os necrológicos, em detrimento das monografias (memórias históricas), dos estudos documentais, listas e cronologias. A tendência se inverte no período subsequente, passando a

*licains des lettres: gens de culture et lumières au XVIII<sup>ème</sup> siècle.* Paris: Fayard, 1988, p. 176 e 177.

<sup>32</sup> VIANNA, Candido de Araújo. Discurso. Oblação [...] à memória do Sr. D. Afonso, Augusto Primogênito de Suas Majestades Imperiais. *RIHGB*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 9, 1848.

<sup>33</sup> Cf. COULANGES, Fustel de. Da maneira de escrever a história na França e na Alemanha nos últimos cinquenta anos. In: HARTOG, François.

haver maior equilíbrio e regularidade, no conjunto das contribuições mais representativas do gênero histórico.

Ainda naquele mesmo intervalo, há que se notar a divulgação de 15 juízos e pareceres sobre obras de história e de geografia, o que comprova a importância conferida ao exercício da crítica no Instituto. A propensão se mantém no período seguinte. Entretanto, no intervalo 1860-1869, os resultados dessa prática perdem espaço no periódico, ainda que continuassem a ser publicados, incorporados às atas das sessões ordinárias.

De qualquer modo, nessa ocasião a revista principiaria a adotar um padrão de organização disciplinar fundado na especialização, consoante os três campos do saber privilegiados pelo Instituto: história, geografia e etnografia. A prova disto é que os estudos de etimologia desapareceram de cena, bem como as traduções de obras estrangeiras. Houve, também, um declínio substancial na publicação de discursos, transcrições de notícias da imprensa e de documentos oficiais do governo.

No âmbito da História, o foco passou a se concentrar nas memórias históricas e nos estudos documentais, além das tradicionais biografias e necrológicos. Esse deslocamento se aproxima do modelo das revistas históricas que aparecem na segunda metade do século XX, como a *Revue des questions historiques* (1866), a *Révue Historique* (1876) ou a *Rivista storica italiana* (1884).

Veículo de expressão de uma *société savante*, que desfrutava do patrocínio de d. Pedro II, a *Revista* retrata práticas científicas e padrões sócio-culturais de uma época. No correr das suas páginas, entre 1839 e 1889, percebem-se as transformações operadas na redação de um periódico que aspirava à cientificidade, por meio da especialização. Neste sentido, apresenta certos indícios de modernidade, que se identificam, em primeiro lugar, pela presença atuante de uma comissão de Redação e de um editor, encarregados, respectivamente, de formular a sua política editorial e de executá-la. Em segundo, por adotar a avaliação por pares e regras mais ou menos objetivas no exame do material submetido para publicação. É bem verdade que em determinadas situações, prevaleceram os critérios políticos, como já se apontou.

Essa prática, por sinal, parece ter sido comum entre os historiadores oitocentistas, inclusive aqueles que militavam no meio universitário. Fustel de Coulanges a denunciou- na *Revue des Deux Mondes*, em 1872, ao advertir que nos últimos cinquenta anos seus colegas de ofício de “foram homens de partido [...] pesquisadores dedicados, pensadores profundos, escritores engenhosos [que] punham o entusiasmo e o talento a serviço de uma causa”<sup>33</sup>.

Por outro lado, ao mesmo tempo que almejava a cientificidade, a *Revista* preservava elementos da tradição iluminista, além de conferir especial atenção a assuntos de natureza cortesã, por assim dizer, abrindo espaço para descrições de cerimônias, homenagens fúnebres, deputações enviadas ao Imperador e notícias de eventos a ele relacionados. Matérias, diga-se de passagem, cujos conteúdos não apenas evidenciam a intimidade do IHGB com os poderes monárquicos, mas também permitem recuperar a sua memória institucional hoje em dia.

Seja como for, essa conformação híbrida do periódico reflete as tensões que permearam o processo de disciplinarização do saber, sobretudo no território das ciências sociais, levado a cabo no século XIX. Mais do que

uma fonte preciosa para as letras e para a ciência, como afirmava Machado de Assis, a *Revista* constitui um testemunho da maior importância, para o exame da história cultural e política do Segundo Reinado.



*Artigo recebido em outubro de 2012. Aprovado em dezembro de 2012.*